

As línguas são uma fratria

Constitui para mim uma honra participar nesta assembleia que pensará o papel das línguas e do multilinguismo como fundamento de cultura e de cidadania. O respeito e a salvaguarda das diversas línguas continua a ser um elemento indispensável para o conhecimento profundo da vida dos indivíduos e dos povos. As línguas são grandes e necessários mapas para o conhecimento dos territórios humanos, e oferecem-nos a possibilidade de entrar em relação com eles e connosco próprios. Nesse sentido, representam as línguas um motor para as práticas de compreensão recíproca e são um contributo cultural que fomenta a justiça, o desenvolvimento e a paz. O mundo contemporâneo, que se deixa tentar tantas vezes pela surdez do antagonismo e da polarização, precisa de aprofundar o diálogo, a curiosidade sã pelo outro, a escuta mútua e a mediação, e isso não acontece sem uma política que reconheça o alto papel desempenhado pela língua. Precisamos, a nível local e internacional, de encarar as línguas como aliadas de uma visão plural e harmoniosa do mundo: em vez de marcadores de estranheza e de hostilidade, precisamos torná-las sempre mais construtoras de empatia, de relação, de multiculturalismo e de hospitalidade. As línguas não se conformam em ser uma máquina de fazer estrangeiros, isto é, de excluídos daquela língua, mas reforçam-se quando investem sempre mais na inclusão, na iniciação ao seu conhecimento, na instauração de uma cidadania cultural sempre mais ampla. Escreveu recentemente o Papa Leão XIV, na Carta Apostólica “*Desenhar novos mapas de Esperança*”: «Se necesita una educación que involucre la mente, el corazón y las manos; nuevos hábitos, estilos comunitarios, prácticas virtuosas. La paz no es ausencia de conflicto: es fuerza mansa que rechaza la violencia. Una educación para la paz “desarmada y desarmante” enseña a deponer las armas de la palabra agresiva y de la mirada que juzga, para aprender el lenguaje de la misericordia y de la justicia reconciliada» (n.7.3). Desarmar as palavras, como propõe o Papa Leão, mostra como a paz, a reconciliação social e a justiça se jogam no interior das línguas. De instrumento de violência a língua deve passar a «lenguaje de la misericordia». Há um importante caminho a realizar, que pede de nós um pacto, a celebração de uma aliança, onde a educação para a paz seja um objetivo global. E a educação, como escreveu a filósofa Hannah Arendt, é «o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto salva-lo da ruína».

As línguas interessam naturalmente como objeto de estudo aos filólogos e aos linguistas. Mas como ativo humano de primeira importância, a língua interessa e diz respeito à sociedade inteira. Não é possível pensar a cultura e a cidadania sem uma reflexão sobre o que representa a língua e sobre o seu regime de funcionamento.

Queria, por exemplo, deter-me na consideração da língua como matéria. De facto, fala-se da “língua materna” para designar a primeira língua apreendida por uma criança e que corresponde habitualmente àquela do grupo étnico-linguístico com que o indivíduo depois culturalmente se sente identificado. O Papa Francisco amava repetir uma frase curiosa. Dizia: «Estemos atentos, son las madres las que transmiten la fe. La fe se transmite en dialecto, es decir con el lenguaje de las madres». Penso que com esta afirmação o Papa faz alusão àquela condição de intimidade que a língua materna, onde cada um reconhece a sua origem, e escuta o próprio nome. Uma extraordinária língua

universal como é o espanhol, falado por quase 600 milhões de falantes no mundo, pode ser e é uma língua completamente pessoal e íntima. Isso mesmo nos ensinam clássicos como Cervantes ou Garcilaso de la Veja, mestres inultrapassáveis do prazer, da inteligência e da busca incessante – múltipla e una - que a língua representa. Porque as línguas começa dentro de nós, no relato e no sonho que comunitariamente trazemos para contar e cumprir. As línguas não estão só fora de nós, também nos habitam, e dessa habitação nasce a capacidade de tornar a língua reflexiva. Na época da Inteligência Artificial continuamos a reconhecer as línguas humanas não só porque elas constituem um recurso para dizer, mas são um modo irremovível e incomparável de dizer-se, de contar-se na sua ardente singular.

Passo a um exemplo: muitos dos nossos países compreendem como seu território também uma zona marítima. Isso quer dizer que a cidadania do mar pertence não só aos indivíduos, mas também às nossas línguas. O ligame entre o elemento terrestre e o oceânico é, na quotidiana experiência das nossas línguas, um vínculo natural, uma convivialidade feita de tráficos incessantes, um pacto traduzido numa co-habitação permanente. E a aliança língua e mar torna-se realmente circular. A língua nomeia o mar, mas este também a habita, também a molda tanto na superfície audível como a muitas braças de profundidade, o mar também entra na casa da língua, senta-se à mesa com os falantes, participa das conversas como um protagonista, inscreve-se na imaginação, plasma direções nas suas almas. Numa palavra: o mar também inventa as nossas línguas.

Como escreveu Fernando Pessoa, nesse monumental livro de bordo que é o poema «Ode Marítima», a nossa relação com o oceano acontece «por um mandado oblíquo», pois na pergunta do mar entrevemos o desenho da pergunta que nós próprios somos. E esse também é um recurso precioso que recebemos da língua.

Cito os versos do heterónimo de Fernando Pessoa, Álvaro de Campos:

*«Todos os mares, todos os estreitos, todas as baías, todos os golfos,
Queria apertá-los ao peito, senti-los bem e morrer!*

.....

Fornecei-me metáforas, imagens, literatura...»

Cito um passo de um poema de Jorge Luis Borges intitulado “El Mar”:

*Quien lo mira lo ve por vez primera,
siempre. Con el asombro que las cosas
elementales dejan, las hermosas
tardes, la luna, el fuego de una hoguera.
¿Quién es el mar, quién soy?*

Mas cito também as belas palavras escritas pela cantora Cesária Évora:

*Mar azul, subi mansinho
Lua cheia lumiam caminho
Pam ba nha terra di meu
São Vicente pequinino, pam bà braçá nha cretcheu...*

Uma relação assim profunda com a língua nenhuma máquina ou tecnologia são capazes de reproduzir, precisamente porque a língua se situa a um nível matricial, vernacular, maternal.

A expressão *língua materna*, por exemplo, tem origem no facto de que as mães são as mediadoras primordiais do contacto dos filhos com o mundo. Mas as mães não ensinam apenas a língua como conjunto de fonemas e entoações, como tessitura articulada em palavras ou organizada por uma sintaxe e uma gramática. As mães ensinam o que é a experiência humana inscrita numa língua e para que nos serve essa experiência, em termos antropológicos, antes mesmo que a saibamos usar. Um paralelo curioso é aquele que, por exemplo, se pode estabelecer facilmente entre a primeira aprendizagem de uma língua e as canções de embalar. As canções de embalar são uma forma de acompanhar a criança, garantindo-lhe uma vizinhança física e afetiva, transmitindo a confiança de que ela carece e que se resume a isto: saber que não será abandonada, mesmo quando parece distanciar-se no sono. Assim nos conta – ou melhor, nos canta - o poeta Federico Garcia Lorca na sua obra "Bodas de Sangre":

Ya te vemos dormida.

Tu barca es de madera por la orilla.

Blanca princesa de nunca.

¡Duerme por la noche oscura!

Cuerpo y tierra de nieve.

Duerme por el alba, ¡duerme!

Ya te alejas dormida.

¡Tu barca es bruma, sueño, por la orilla!

A embarcação de cada pessoa, de cada comunidade humana, de cada povo pode viajar na distância, buscando novas orlas. Mas todos precisam de escutar aquele “te vemos”, isto é, a certeza que são reconhecidos, protegidos nos seus direitos e dignidade, cuidados no seu percurso histórico. Todos precisam que a língua lhes recorde isso, em nome da coesão e do fortalecimento dos laços. É certo que não podemos desconhecer que as línguas podem estar ao serviço da intolerância e da violência. Todas as línguas conservam as feridas passadas e presentes de uma injustiça praticada. Contudo, sabemos igualmente como elas são recursos indispensáveis ao serviço da confiança, da fraternidade e da paz. Como elas são laboratórios interculturais de esperança e de futuro. Como as línguas embalam e iluminam o coração dos sujeitos e dos povos.

Por isso todas as línguas são importantes. A Igreja reconhece-o desde sempre, pois a sua história é indissociável da valorização das línguas e das culturas, num projeto verdadeiramente universalista. Isso é afirmado no Concílio Vaticano II, no número 44 da Constituição o *Gaudium et spes*, quando diz: «[A Igreja] aprendeu, desde os começos da sua história, a formular a mensagem de Cristo por meio dos conceitos e línguas dos diversos povos, e procurou ilustrá-la com o saber filosófico. Tudo isto

com o fim de adaptar o Evangelho à capacidade de compreensão de todos e às exigências dos sábios. Esta maneira adaptada de pregar a palavra revelada deve permanecer a regra de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada nação a possibilidade de exprimir a mensagem de Cristo segundo a sua maneira própria, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos». O número impressionante que nos informa que a Bíblia está traduzida em quase 800 idiomas, e o Novo Testamento em 1144 línguas revela quanto a valorização das línguas é para a religião uma prioridade fulcral.

Mas o compromisso da religião com o serviço às populações mais vulneráveis e aos territórios mais pobres leva-nos ao reconhecimento de com as línguas, e a política da língua, pode ser uma alavanca de justiça internacional. Papa Francisco na Exortação “Querida Amazônia” escreveu: «A economia globalizada danifica despidoradamente a riqueza humana, social e cultural. A desintegração das famílias, que resulta das migrações forçadas, afeta a transmissão dos valores, porque “a família é, e sempre foi, a instituição social que mais contribuiu para manter vivas as nossas culturas”. Além disso, “diante duma invasão colonizadora maciça dos meios de comunicação”, é necessário promover para os povos nativos “comunicações alternativas, a partir das suas próprias línguas e culturas”, e que “os próprios indígenas se façam protagonistas presentes nos meios de comunicação já existentes”» (n. 39). E Papa Leão XIV, na recente Exortação Apostólica *Dilexi Te* «insiste na necessidade de considerar as comunidades marginalizadas como sujeitos capazes de criar cultura própria, mais do que como objetos de beneficência... A experiência da pobreza dá-lhes a capacidade de reconhecer aspectos da realidade que outros não conseguem ver e, por isso, a sociedade precisa de as ouvir... Isto implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver... Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação» (n.100).

É verdade que cada língua é uma mátria, um lugar onde tateamos e descobrimos a nossa identidade singular, onde nos sabemos nós próprios, onde nos sentimos em casa. Mas as línguas quando dialogam tornam-se também uma fratria, isto é, uma prática efetiva de fraternidade, um avizinhamento afetivo entre as diferentes culturas e uma experiência de cidadania aberta e partilhada.

Dão-se hoje, praticamente como adquiridas, duas teorias sobre a origem da linguagem: uma que podemos designar “comunicativa” (aí se defende que falamos para fazer circular os nossos pensamentos de uma cabeça para outra) e outra chamada “cognitiva” (que sustenta que falamos para articular de forma mais orgânica os nossos próprios pensamentos). Ambas as teses consideram a linguagem como realidade mental, isto é, um dado que tem mais a ver com o pensamento do que com o corpo, mais com o trânsito de raciocínios do que com a troca de emoções. Mas há um curioso ensaio da antropóloga Dean Falk, “*Língua mãe. Cuidados maternos e origens da linguagem*”, em que ela propõe que cada um de nós, pelo contrário, começa a utilizar os sons linguísticos não propriamente para comunicar ou pensar, mas sim para permanecer em contacto com aquelas e aqueles que tomam conta de nós. As palavras são a verbalização do desejo que sentimos do outro. No fundo, o que quer que digamos, dizemo-lo para avizinhar ou reter o outro perto de nós, para retardar ou desmentir a sua ausência, para dizer quanto ele é importante para nós. A língua é, por isso, uma consequência espantosa da necessidade de relação.

A psicanalista Françoise Dolto explicava que quando fica chalreando, numa emissão sonora toda particular, a criança imagina/deseja a presença de outra pessoa. E imita o

que lhe parece ser a linguagem dos adultos, repetindo-a de uma forma tão modificada que a semântica se torna abstrata: só o som permanece. O que se pode registrar é a vibração. Mas, com isso, não deixa de exprimir-se e de esperar uma resposta para aquilo que emitiu... Muitas vezes os adultos ignoram que a criança está em busca de um intercâmbio. Os balbucios e fonemas são um modo de prolongar a presença dos outros. As línguas, de algum modo, também nos fundam como comunidade, tornam-nos herdeiros e protagonistas de uma história que nos espelha e abrem-nos conjuntamente ao futuro, dando-nos enraizamento e lugar numa viagem coletiva. As línguas representam argamassa de comunhão, pois tornam como que audível a passagem do eu ao nós. As línguas não são apenas uma ilha: são arquipélago, constelação, mediação, ponte, arquitetura de encontro.

As nossas sociedades têm tanto a aprender da natureza das línguas. Gosto, por exemplo, de pensar que as línguas não têm um criador: têm criadores. São uma obra polifônica, em aberto, construída por tantas vozes! E os seus criadores são, na verdade, todos os seus falantes. Por exemplo, Fernando Pessoa chamou ao Padre António Vieira «imperador da língua portuguesa», destacando o seu contributo extraordinário na tessitura deste património ibero-americano comum que é o português. Contudo, e creio que muito justamente, os linguistas gostam de referir-se às línguas como sistemas, porque elas são coletivas criações em curso e requerem uma compreensão ampla, nós diríamos democrática, da tarefa inacabada que constituem. Nesse sentido, podemos dizer que as línguas devem muito aos escritores e poetas seus cultores reconhecidos, mas também à corrente sem fim dos anónimos. Por exemplo, o português tem uma dívida incalculável para com o poeta quinhentista Luís Vaz de Camões, mas também com aquela «contadeira de histórias» populares que Baltasar Lopes, naquele que é considerado o primeiro romance cabo-verdiano, diz que «os rapazes trocistas chamavam *Camões*». Talvez na época em que escreveu *Chiquinho*, Baltasar Lopes não pudesse inscrever, a não ser pelo recurso à paródia, uma velha pretona analfabeta na genealogia de Camões, por isso diz que essa denominação era por troça, «por lhe faltar um olho». Na verdade, a personagem Nhá Rosa Calita vem chamada de Camões não pelo que lhe falta, mas pelo que abunda na sua literatura oral, tão maravilhosamente cheia «de cantigas aziagas e fachtas de lume voando, aqui e ali, na noite». Pelo que abunda no crioulo em visão, sabedoria e fascínio. É verdade: as línguas devem muito aos estudos académicos especializados, mas também à conversa informal que acontece na rua. Devem à escola, mas também às igrejas, às praças e aos cafés. Devem aos falantes das diversas gerações. Devem ao país e à migração. Ao território e à inteira diáspora.

Não nos esqueçamos que todos os nossos países têm diásporas significativas. A diáspora não é apenas uma condição existencial ou um conjunto de histórias individuais que assim permanecem. A diáspora é também uma condição cultural que tem de ser reconhecida como tal. A diáspora inaugura efetivos espaços de negociação entre as culturas, iluminando de outra forma aquilo que pareciam de forma simplista processos rápidos de deslocação ou de assimilação. Como escreve o poeta Fernando Lemos: “Diálogo é tudo o que nasce sempre maior que o lugar onde nasceu”. Entrar na problemática da diáspora representa essa experiência humana maior que, por muito que contrarie a tendência dos nacionalismos apressados que hoje sopram em muitas partes do mundo, a identidade é coral e polifônica, é necessariamente crioula, urdida a partir da integração da pluralidade e de um reconhecimento respeitoso da singularidade e da diferença. Colocando o acento precisamente nas redes de relação e interação entre os sujeitos, a diáspora traz um contributo essencial: mostra como a identidade de uma

língua ou de uma cultura não é simplesmente uma ontologia pré-determinada, congelada no tempo e no espaço, mas na fidelidade à sua história, é também um processo de atualização e de reconfiguração. De facto, a diáspora mostra como a identidade não consiste nem numa repetição das origens, nem na aderência aos modelos dos países de chegada. A identidade inclui todas essas experiências de deslocação e fronteira, construindo uma nova síntese.

Permitam-me concluir esta comunicação com uma parábola contada pelo escritor Mia Couto. «Uma mulher, em fase terminal de doença, pede ao marido que lhe conte uma história para apaziguar as insuportáveis dores. Mal ele inicia a narração, ela o faz parar:

— *Não, assim não. Eu quero que me fale numa língua desconhecida.*

— *Desconhecida? — pergunta ele.*

— *Uma língua que não exista. Que eu preciso tanto de não compreender nada!*

O marido se interroga: como se pode saber falar uma língua que não existe? Começa por balbuciar umas palavras estranhas e sente-se ridículo como se a si mesmo desse provas da incapacidade de ser humano. Aos poucos, porém, vai ganhando mais à-vontade nesse idioma sem regra. E ele já não sabe se fala, se canta, se reza. Quando se detém, repara que a mulher está adormecida, e mora em seu rosto o mais tranquilo sorriso. Mais tarde, ela lhe confessa: aqueles murmúrios lhe trouxeram lembranças de antes de ter memória. E lhe deram o conforto desse mesmo sono que nos liga ao que havia antes de estarmos vivos [...] ao momento divino em que a nossa vida podia ser todas as vidas».

E Mia Couto conclui assim: «O que fez a espécie humana sobreviver não foi apenas a inteligência, mas a nossa capacidade de produzir diversidade».

Que a educação nos ajude a perceber a diversidade como uma experiência sem a qual a unidade não se tece. E que a língua se torne a arte de tecer laços entre as culturas. E que a consciência reconciliada com a pluralidade funde uma cidadania baseada na fraternidade universal.

José Tolentino de Mendonça